

# Contribuição do **Turismo** para os **Parques Nacionais** Brasileiros: Um Estudo de Caso do **Parque Nacional do Catimbau** (Buíque-PE/Brasil)\*

ITAMAR DIAS E CORDEIRO \*\* [ royal.flush@rce.neoline.com.br ]

**Resumo** | O presente estudo teve como objectivos descrever e avaliar as condições actuais dos impactos ecológicos e sociais do turismo, além de caracterizar e analisar as visitas e os visitantes de uma Unidade de Conservação do Estado de Pernambuco: o Parque Nacional do Catimbau e zona envolvente. Os dados foram recolhidos através de entrevistas pessoais e o questionário consistiu de quatro partes: características sociodemográficas, características de viagem, motivação da viagem e disponibilidade de pagamento. As informações sobre a visita e os visitantes foram obtidas através da aplicação de um questionário a 100 pessoas, nos meses de Setembro (2003) e Julho (2004). Com base nos resultados encontrados, foram elaboradas linhas de acção que poderão compor um programa de manejo de visitantes.

**Palavras-chave** | Unidades de Conservação, Parques Nacionais, Parque Nacional do Catimbau, Turismo, Perfil do Visitante.

**Abstract** | The goals of this research were to describe and evaluate the current ecological and social impact of the tourism, as well as to characterize and analyze the visit and visitor of the immediate surroundings of a protected area in the State of Pernambuco: the Catimbau National Park. The data were collected through personal interviews and the questionnaire consisted of four parts: sociodemographic characteristics, trip characteristics, motivation and willingness to pay. A questionnaire was applied to 100 people from September (2003) and July (2004) in order to get information about visit and visitors. Based on the results found, guidelines of a visitor management program were designed.

**Keywords** | Protected Areas, National Parks, Catimbau National Park, Tourism, Visitor's profile.

---

\* Apresentado, originalmente, como Monografia ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Políticas Ambientais (UFRPE).

\*\* **Mestrando em Geografia** na Universidade Federal de Pernambuco – Brasil  
e **Docente** na Universidade Federal de Pernambuco.

## 1. Introdução

Promoção do desenvolvimento socioeconómico, geração de empregos, melhoria das infra-estruturas e aumento das receitas, estes são os motes que validam e impulsionam o discurso que coloca o turismo como elemento estratégico para o desenvolvimento do País.

De facto, é inegável a importância exercida pelo turismo na economia nacional. Enquanto a Organização Mundial do Turismo (OMT) registou um aumento de 10% no fluxo médio de turistas em escala mundial (entre 2003 e 2004), no Brasil este aumento ultrapassou os 15%. Cerca de 4,73 milhões de turistas estrangeiros visitaram o país, em 2004, e deixaram mais de US\$ 341 milhões, somente no mês de Janeiro (EMBRATUR, 2005).

Pese embora esta franca colaboração no provimento de divisas, é preciso atentar também para a estreita relação que o fenómeno turístico mantém com o ambiente no qual se desenvolve. Regra geral, sectores da economia que apresentam altas taxas de crescimento, em intervalos relativamente curtos de tempo, geram resultados que são um misto de benefícios económicos e impactos negativos para o meio ambiente e para o bem-estar social.

Assim, por mais optimista que a comunicação social queira ser e por mais retornos financeiros imediatos que possa proporcionar, o crescimento do turismo, enquanto actividade económica, não foge à regra geral mencionada. A situação tende a assumir um carácter ainda mais preocupante quando ocorre em áreas naturais protegidas, a exemplo dos Parques Nacionais.

Criados, de entre outros motivos, com o intuito de proporcionar a visitação pública, as Unidades de Conservação da Natureza<sup>1</sup> podem contribuir para o desenvolvimento da região onde estejam inseridas, sobretudo se puderem ter a sua visita associada a práticas como o Ecoturismo. Não obstante, os benefícios concretos serão de difícil observação enquanto faltarem estudos sobre as relações que se processam entre a área visitada e seus visitantes.

O amplo espectro de tipologias de turistas obriga os administradores de áreas naturais protegidas a desenvolverem igual número de estratégias para lidar com a demanda. Por outras palavras, isto implica reconhecer que não existe um modelo de manejo de visitantes *a priori*. Caberia, portanto, a adopção de mecanismos que primassem pelo entendimento dos vários perfis de usuários, a fim de melhor adequar a oferta turística.

É por este motivo que Takahashi (1998), Kinker (2002), Niefer (2002) e Barros (2003) defendem que o conhecimento sobre o perfil do visitante é uma informação crucial para os gestores de áreas naturais, pois possibilita o ajustamento dos anseios da demanda ao uso recreativo do local e à legislação.

Neste sentido, o presente trabalho ocupou-se de identificar o perfil do usuário do Parque Nacional do Catimbau, bem como os benefícios advindos da visita. Embora a análise se tenha centrado na demanda, o objectivo principal deste estudo foi o de compreender o modo como o fenómeno turístico actua nas relações económicas das comunidades locais.

A opção pelo Parque Nacional do Catimbau deve-se, em grande parte, à sua singularidade. Localizado no ecossistema da Caatinga<sup>2</sup>, é considerado parte integrante da Reserva da Biosfera da Caatinga<sup>3</sup>. *Per se*, este factor poderia ser considerado como decisivo para justificar a realização de estudos (nos mais diversos ramos do conhecimento), sobre o Parque. A importância deste ecossistema é referendada por Santos e Tabarelli (2003):

<sup>1</sup> Denominação dada às áreas naturais protegidas no modelo legal brasileiro.

<sup>2</sup> Ecossistema único em todo o mundo, só ocorrendo na região do nordeste brasileiro.

<sup>3</sup> A Reserva da Biosfera é um instrumento de planeamento regional que visa o desenvolvimento integrado e sustentável das regiões que abarca. Cada Reserva da Biosfera é uma colecção representativa dos ecossistemas característicos da região onde se estabelece.

*“A Caatinga é um exemplo típico de regiões importantes por, pelo menos, dois motivos, que vão além da riqueza e da diversidade de espécies. Primeiro, mais de 25 milhões de habitantes (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) possuem condições de vida inadequadas e acabam utilizando os recursos naturais de forma equivocada (Sampaio & Mazza, 2000). Essa prática vem levando a Caatinga a se transformar em um dos setores mais ameaçados do país (Castelletti et al. 2000), apresentando cerca de 15% das áreas já desertificadas (Drumond et al.). Segundo, a Caatinga é um ecossistema exclusivamente brasileiro e a porção não desertificada não é tão pobre quanto se acreditava (Andrade-Lima 1981, Rodal 1992, Sampaio 1995, Silva & Dinnouti 1999). Na verdade, a Caatinga é um dos sectores menos estudados do Brasil e, por isso, sua diversidade biológica foi subestimada (Silva & Dinnouti 1999). Para se ter uma idéia, 41% da região não foi amostrada e 80% foi subamostrada, sendo as áreas menos impactadas as com menores esforços de coleta (Tabarelli et al. dados não publicados)”.*

No entanto, outros factores contribuíram para a escolha desta área. No Estado de Pernambuco, existem apenas 2 parques nacionais<sup>4</sup>. O Parque do Catimbau é a opção mais viável, uma vez que o Parque Nacional de Fernando de Noronha está situado em ilhas oceânicas, o que implica altos custos de visitação (avião ou navio, hospedagem, taxa de permanência na ilha, etc.) e torna-o praticamente inacessível ao turista de renda monetária modesta. Por sua vez, o Catimbau (a cerca de 4 horas e meia de viagem de autocarro, a partir de Recife, capital de Pernambuco) figura como a opção mais viável, econ mica e logisticamente, para que os pernambucanos tenham acessibilidade a um parque nacional.

<sup>4</sup> Parque Nacional do Catimbau e Parque Nacional de Fernando de Noronha.

## 2. Reflexões acerca da necessidade de áreas naturais

A História do Homem sobre a Terra parece ter sido a da substituição sistemática de um ambiente natural por outro cada vez mais artificial. A velocidade com que o actual sistema capitalista transforma o espaço, com o completo desrespeito ao ambiente natural, não encontra par na História.

Não obstante, num cenário onde os laços entre Homem e ambiente foram tolhidos, nada mais natural que haja a emergência de uma consciência ambiental com uma conseqüente reaproximação com a natureza. Uma das primeiras iniciativas, neste sentido, foi a constituição de áreas Naturais Protegidas (ANP’s).

O marco inicial remete para o estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone (Estados Unidos). Criado em 1 de Março de 1872, com o objectivo de preservar a beleza c nica daquele local, o acesso a este patrim nio vem sendo permitido, apenas, de forma indirecta, sob a forma do turismo ecológico.

A partir da experiência norte-americana, a ideia de locais que pudessem servir de mantenedores da vida silvestre em condições sustentáveis foi difundida. Desta forma, embora com filosofias, objectivos e formas de manejo distintas, outros países instituiram os seus parques nacionais: Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), Austrália, África do Sul e México (1898), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934) e Venezuela (1937). No Brasil, o primeiro parque nacional surgiria no Rio de Janeiro em 1937: o Parque Nacional de Itatiaia.

Apesar de ser amplamente desenvolvido em países da Europa, nos Estados Unidos e até mesmo em alguns países em desenvolvimento (Costa Rica e República Dominicana), o manejo sustentável de espaços naturais, só recentemente, tem vindo a ganhar algum impulso no Brasil, nomeadamente após a instituição de um sistema nacional de áreas naturais protegidas.

Instituido através da Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC) vislumbra a possibilidade de auxiliar o desenvolvimento sustentável, no país, através da criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação (UC's), definidas na lei, como sendo o:

*“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Art. 2.º, Inciso I).*

Segundo critérios estabelecidos pelo SNUC, as áreas naturais protegidas podem ser de dois tipos: Unidades de Protecção Integral<sup>5</sup> (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável<sup>6</sup> (Área de Protecção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Reserva Particular do Património Natural, Reserva de Fauna e Floresta Nacional). No Quadro 1, pode observar-se a quantidade destas UC's, segundo o seu tipo.

Dentre as doze categorias possíveis para as Unidades de Conservação, uma, em particular, chama a atenção pelo facto de permitir o uso do espaço através da prática do turismo ecológico: os Parques Nacionais (PARNA's). Considerados como a

melhor alternativa para a incorporação de práticas sustentáveis, os PARNA's possibilitam conciliar o desenvolvimento socioeconómico da região com a conservação do património natural.

Segundo consta no Art.11.º do SNUC:

*“O PARNA tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.*

Embora seja o modelo mais antigo e conhecido de área natural protegida, os parques nacionais suscitam calorosas discussões a respeito da sua natureza. Apesar das cáusticas críticas acerca da génese e ideologia deste tipo de área protegida<sup>7</sup>, predomina o consenso de que, a sua instituição ainda é a melhor alternativa para salvaguardar determinados ecossistemas.

Os defensores dos parques nacionais argumentam que os benefícios especificamente os provindos do turismo, seriam expressos através de fundos adicionais para a conservação, do aumento da consciência do visitante, que ajudaria na conservação do local, e da geração de postos de trabalho para a comunidade envolvente, o que reduziria a exploração dos recursos naturais.

**Quadro 1** | Quantidade das Unidades de Conservação brasileiras, actualizada em 16/11/2005

Categoria	Sub-total	%
Estação Ecológica	31	4,43
Floresta Nacional	70	10,00
Parque Nacional	56	8,00
Refúgio de Vida Silvestre	2	0,29
Reserva Biológica	27	3,86
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0,14
Reserva Extrativista	43	6,14
Reserva Particular do Património Natural	424	60,57
Área de Protecção Ambiental	29	4,14
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	2,43
Total	700	100,00

Fonte: IBAMA (2005).

<sup>5</sup> Existem, actualmente, 116 Unidades de Protecção Integral, o que corresponde a 16,57% das áreas naturais brasileiras legalmente protegidas (IBAMA, 2005).

<sup>6</sup> Existem, actualmente, 548 Unidades de Uso Sustentável, o que corresponde a 83,43% das áreas naturais brasileiras legalmente protegidas (IBAMA, 2005).

<sup>7</sup> “As áreas protegidas brasileiras, em particular as de uso indirecto, no entanto, encontram-se em crise; muitas são invadidas e degradadas. Para os defensores do modelo norte-americano de parques sem moradores, as razões de tal crise, em geral, estão relacionadas à falta de dinheiro para a desapropriação, de investimento público, de fiscalização e de informação aos visitantes. Para os que defendem outras alternativas de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo actual de predominantes nas áreas protegidas, uma vez que, tendo sido criado no contexto ecológico e cultural norte-americano, não se aplica ao contexto dos países tropicais do Sul” (Diegues, 1999:15).

Destarte, percebe-se que os parques nacionais proporcionam as bases para o desenvolvimento das comunidades envolventes, via actividade turística. A geração de dividendos por meio da visitaçãõ proporciona o aquecimento da economia local, a criação de novos postos de trabalho e, pelo menos em tese, a melhoria da qualidade de vida das populações humanas.

### **3. Relações entre parques nacionais brasileiros e as suas populações envolventes: aspectos legais, conflitos e possibilidades**

Um dos principais entraves na gestão dos parques nacionais diz respeito às comunidades residentes no espaço envolvente. Isto porque, segundo a legislação, os parques são de domínio público e as áreas particulares incluídas nos seus limites devem ser desapropriadas<sup>8</sup>.

O princípio aplicado ao caso brasileiro é o mesmo do modelo norte-americano, ou seja, considera a existência de assentamentos humanos, no interior e cercanias do Parque, como incompatível com a utilização sustentável dos recursos naturais (Terborgh, 2002; Zeller, 2002). Contudo, conforme relatam Boo (*apud* Lindberg e Hawkins, 2002) e Terborgh (2002) este tipo de problema não ocorre apenas no Brasil, mas verifica-se também nos variados tipos de áreas naturais protegidas ao redor do globo.

De um lado estão as populações humanas, que precisam ocupar e manipular o espaço para dele retirar os recursos necessários à sua sobrevivência; de outro, a entidade gestora da área, a qual não pode permitir que isto aconteça, sob pena de ver o

patrimônio natural dilapidado. Inevitavelmente, esta incompatibilidade de interesses resulta num conflito.

Como afirma Simão (2002), a gênese do problema ocorre quando a população que ocupa uma área, ou tenciona fazê-lo, entende a Unidade de Conservação como um "... empecilho, uma vez que é uma área que restringe as actividades desenvolvidas, e que não traz nenhuma contrapartida econômica".

Ao permitir que pensem desta forma, ganha-se a antipatia da comunidade local, pois esta vê-se como excluída de um processo que, pensa, só trará benefícios para outros agentes envolvidos na criação, estabelecimento e usufruto da UC. Assim, "para existir um bom funcionamento de uma área natural protegida, e conseqüente obter o apoio da comunidade, a inserção desta última no processo de tomada de decisões é crucial" (Simão, 2002).

Que as comunidades do interior do Parque devam ser removidas não há muito que argumentar, pois trata-se de uma determinação legal. A menos que se modifique a legislação, nada se pode fazer, a não ser lucubrar. Contudo, defende-se uma especial atenção para com as comunidades circundantes.

Deve-se trabalhar noutra perspectiva, que não a excludente, com estas populações, de modo a orientá-las para uma nova realidade, na qual o desenvolvimento, tanto seu como do Parque, se dará em moldes sustentáveis. Acredita-se que, deste modo, haverá uma convivência mais sadia entre estas populações e o Parque Nacional. Afinal, não se deve olvidar que, em grande parte das ocasiões, estas comunidades exercem significativa pressão sobre os recursos naturais dos parques.

Dentre as propostas de inserção de nativos no processo de utilização sustentável dos parques, figuram alternativas óbvias, como guias de turismo e guarda-parques, existindo ainda, a possibilidade de emprego da força de trabalho em actividades, como guardas florestais, educadores ambientais, vendedores de artesanato, mantenedores dos sítios arqueológicos e quaisquer outras possibilidades que não entrem em conflito com a ideologia da sustentabilidade.

<sup>8</sup> O Art. 42.º da Lei 9.985 de 18 de Junho de 2000 reza que: "As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente relocadas pelo poder público, em local e condições acordados entre as partes".

#### 4. O Parque Nacional do Catimbau

Selecionado como possível área para Unidade de Conservação a partir do *workshop* “Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga<sup>9</sup>”, o Parque Nacional do Catimbau foi estabelecido por meio do Decreto n.º 913/12 de 13 de Dezembro de 2002.

Localizado entre as coordenadas geográficas 8º 24' 00" e 8º 36' 35" de Latitude Sul e 37º 09' 30" e 37º 14' 40" de Longitude WG, o Parque Nacional do Catimbau possui 607 km<sup>2</sup>, dos quais 12.438ha em Buíque, 23.540ha em Tupanatinga e 24.809ha em Ibimirim, municípios da região central do Estado de Pernambuco (SNE, 2002).

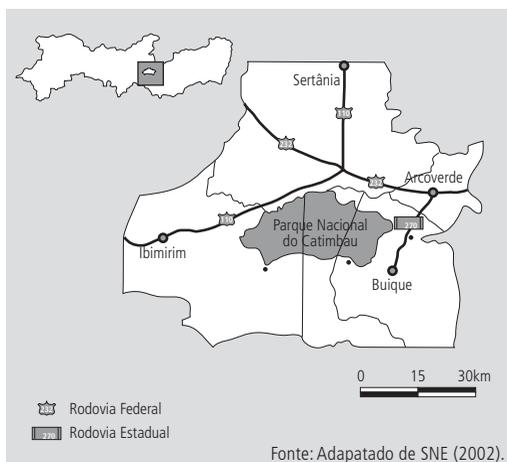
O acesso à área, a partir da cidade de Recife (capital pernambucana), é feito através da Rodovia Federal BR-232 até a cidade de Arcoverde (240 km), de onde se toma a Rodovia Estadual PE-270, por mais 15 km, até ao distrito de Carneiro, no município de Buíque, onde uma estrada vicinal dá acesso à área do Parque (Figura 1).

Os critérios que justificaram a inclusão da região do Catimbau na condição de Unidade de Conservação de Proteção Integral foram, essencialmente, a ocorrência de espécies endêmicas, a elevada

quantidade de sítios arqueológicos e a ausência de núcleos de desertificação. Somam-se a isto outras questões, como a pouca alteração na cobertura vegetal e reduzida ocupação populacional, sendo classificado como “Área de Extrema Importância Biológica” (SNE, 2002).

Situado na Mesoregião do Agreste Pernambucano, o Parque Nacional do Catimbau apresenta clima tropical semi árido, com temperatura média anual de 23°C e precipitação média de 300 a 500 mm anuais. Dentre os atrativos, destacam-se os paredões de arenito e a abundância de inscrições rupestres (Figuras 2 e 3). Até ao presente momento, o Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) identificou 25 sítios arqueológicos.

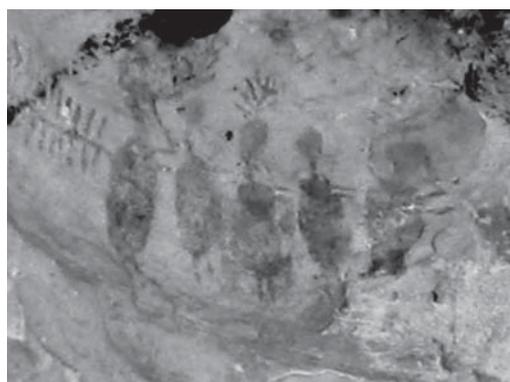
<sup>9</sup> Realizado em Petrolina (Pernambuco), no mês de Dezembro de 2000.



**Figura 1** | Localização do Parque Nacional do Catimbau, com as principais vias de acesso.



**Figura 2** | Pinturas rupestres (Sítio Pedra da Concha 1 – Parna Catimbau).



**Figura 3** | Pinturas rupestres (Sítio Pedra da Concha 1 – Parna Catimbau).

Quanto à presença humana, o Parque possui comunidades que vivem dentro e na cercania do seu perímetro. Dentre estes grupamentos, destacam-se: a Fazenda Porto Seguro e o “Paraíso Selvagem”, ambos no interior do Parque; e as tribos indígenas Kapinawá e Kambiwá; além da Comunidade Vila do Catimbau (principal portão de entrada para o Parque e onde se localiza a sede da Associação de Guias de Turismo), que vivem nos arredores do mesmo.

## 5. Ocupação humana no Parque Nacional do Catimbau

A ocupação humana do Parque Nacional do Catimbau não é recente. Um levantamento bibliográfico e entrevistas com a comunidade local permitiram identificar quatro tipos de ocupantes: índios da tribo Kapinawá e Kambiwá, pequenos agricultores, comunidade de místicos da Fazenda Porto Seguro e Comunidade Vila do Catimbau e o “Paraíso Selvagem”.

### 5. 1. Áreas indígenas Kapinawá e Kambiwá

O grupo indígena dos Kapinawá habita as terras localizadas em Mina Grande (município de Buíque), há várias gerações. Estima-se que a área ocupada seja cerca de 12.000 ha (SNE, 2002) e encontra-se disposta na cercania imediata do Parque Nacional do Catimbau. Já o grupo indígena dos Kambiwá localiza-se numa área ao sul do município de Ibimirim, que se estende ainda pelos municípios de Inajá e Floresta, compreendendo um total de 27.000 ha (SNE, 2002), onde praticam agricultura de subsistência.

As relações que estas comunidades desenvolvem com o Parque são as de caça e colheita. É o que se poderia denominar de uma população tradicional, que vive em harmonia com o local, dele retirando apenas o que necessita.

<sup>10</sup> Parede de barro sobre uma estrutura precária de estacas e fasquias de madeira.

### 5. 2. Pequenos agricultores

Apesar de serem denominados de “pequenos”, este tipo de ocupação é a que, na maioria das vezes, causa o maior número de transtornos às Unidades de Conservação, devido à prática de queimadas e de outros usos predatórios do solo e dos recursos naturais.

Estas propriedades possuem pequenas áreas destinadas à agricultura de subsistência (mandioca, milho e feijão) e a pequenas criações de caprinos, cujos agricultores, na sua maioria, não possuem títulos de propriedade das terras. O padrão habitacional compõe-se de casas de taipa<sup>10</sup>, sem energia elétrica e sem sistema de abastecimento de água, sendo esta obtida por meio de pequenas cisternas.

### 5. 3. Fazenda Porto Seguro

A Fazenda Porto Seguro é um grupo de místicos que vive no interior do Parque. Segundo afirmam os membros da própria comunidade, foi por obra da inspiração divina que, em 1970, o Sr. Sadabi Alexandri de Farias Rei ou “Meu Rei” (como era chamado por seus seguidores) construiu, dentro das terras do que hoje é o Parque Nacional do Catimbau, um templo denominado Casa de Deus, localizado na Fazenda Porto Seguro.

Erigida com recursos do próprio Sr. Sadabi, a Fazenda Porto Seguro tinha o objectivo de abrigar 33 famílias, que seriam, segundo “Meu Rei”, as fundadoras da Civilização dos Imortais do Terceiro Milénio, única a sobreviver após o fim do mundo. A propriedade ocupa uma área de cerca de 3 hectares, e possui feições tipicamente urbanas, com definição de quadras, lotes, ruas, arborização urbana e praça de convivência com o busto do seu líder. É dotada de luz eléctrica, água canalizada e instalações sanitárias (SNE, 2002).

Ainda segundo o SNE (2002), observações feitas no local apontam para a existência de 45 edificações residenciais, das quais apenas 16 estão ocupadas

por famílias, perfazendo um total de 60 pessoas residentes. As edificações não ocupadas permanentemente pertencem a famílias que aderiram à filosofia espiritual, mas, residem em outras cidades, como Recife, Maceió, Campina Grande e João Pessoa. Estas pessoas ocupam as casas em feriados prolongados e nos períodos de férias.

#### 5. 4. Comunidade Vila do Catimbau

Trata-se de uma comunidade que vive na área fronteira do Parque e é a última forma de construção, legalmente permitida, antes de se chegar aos limites da Unidade de Conservação.

Do ponto de vista económico, é a que mais depende do turismo, chegando alguns moradores a viverem exclusivamente da actividade. Foi por este motivo que os órgãos governamentais responsáveis pela gestão do Parque capacitaram diversos jovens da Vila do Catimbau para a função de guias de turismo.

#### 5. 5. Paraíso Selvagem

A propriedade conhecida como “Paraíso Selvagem” é um investimento privado, legalmente não autorizado, que construiu, no interior do Parque do Catimbau, um equipamento receptivo, dotado de piscinas, lanchonete, loja de artesanato indígena e sanitários.

A julgar pela precariedade das instalações e pela forma abrupta com que ela destoa da paisagem local, pode afirmar-se que de “Paraíso” o local não tem nada. Seja no aspecto visual ou ambiental, as instalações caracterizam-se por uma arquitetura totalmente alheia à cultura local e por uma agressão ao meio ambiente (Figuras 4 e 5).

Quanto ao “Selvagem”, também não se percebe nada, pois não existe praticamente espaço intocado na área de influência do estabelecimento. O tratamento de esgoto necessário aos resíduos é uma questão que deixa a desejar e a degradação da paisagem natural é notória, seja pela escavação de terraços na rocha

(Figura 6), seja pela construção de escadarias, que levam a um cemitério indígena e a trilhas direcionadas para algumas grutas naturais de arenito.

Com efeito, o “Paraíso Selvagem” é o exemplo claro de uma prática insustentável. De entre todas as formas de ocupação citadas, é de se dedicar especial atenção para esta última, pois, em nome de um pretenso “turismo”, há uma grande degradação da área.



Figura 4 | “Paraíso Selvagem”, construção alheia à cultura local, inspirada nos moldes dos índios norte-americanos.



Figura 5 | “Paraíso Selvagem”, vista interna da construção.



Figura 6 | Escavação realizada na rocha, sem nenhum critério técnico. Serve como mirante e local para lanches (“Paraíso Selvagem” – Parna Catimbau).

## 6. Material e métodos de pesquisa

Assinala-se, de início, o carácter pioneiro desta pesquisa no que respeita à obtenção de dados sobre a visita ao Parque do Catimbau. O facto do Parque ter sido instituído no ano de 2002, associado à falta de articulação entre a Gestão da UC e a Associação dos Guias de Turismo, não permitiu obter uma série temporal que permitisse uma análise mais apurada do perfil do visitante, num horizonte de tempo maior. Deste modo, todos os dados referentes à demanda, aqui apresentados, foram obtidos no decorrer desta pesquisa.

A pesquisa, *in loco*, de identificação do perfil do visitante e da sua disponibilidade de pagamento deu-se por meio de questionários aplicados aos turistas (*vide* apêndice), em dois períodos: de 15 a 18 de Setembro de 2003 e de 02 a 05 de Julho de 2004, ocasiões de baixa e alta temporada, respectivamente. A opção por trabalhar com ambos os períodos deu-se em função de se tentar evitar um viés por conta da sazonalidade.

Durante estes períodos foram aplicados 100 questionários, com perguntas que visavam obter dados referentes à renda, modo de viagem, quantidade de dias desfrutados no parque, renda deixada no local, entre outras questões sobre gastos e hábitos durante a visita ao Parque.

O questionário utilizado resultou de um ajustamento entre o padrão referendado pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur (*apud* BENI, 2002) e os modelos utilizados por Takahashi (1998), Ribemboim (2000) e Niefer (2002) nos seus respectivos trabalhos.

Para a quantificação do número de visitantes no Parque, utilizaram-se os Livros de Visita, assinados pelos turistas na Associação de Guias de Turismo do Parque Nacional do Catimbau, situada à entrada do Parque.

Estas assinaturas apresentavam-se, porém, de forma contínua, ou seja, não existindo um registo detalhado com a quantidade de visitantes, em cada mês. Sendo assim, utilizou-se o número absoluto de 870 visitantes, registados no período compreendido entre Setembro de 2003 e Setembro de 2004

(13 meses). A partir daí, pôde estimar-se o quantitativo de 67 pessoas, por mês (ou 2,23 frequentadores, por dia), o que resultaria numa demanda anual de 804 visitantes.

## 7. Resultados e considerações

A qualidade de um destino turístico é função directa do manejo da visitação, que por seu turno, se utiliza das pesquisas sobre o perfil dos visitantes como ferramenta para um maior entendimento dos impactos e para a adopção de medidas mitigadoras. Hammite e Cole (*apud* Barros, 2003) admitem que “é necessário conhecer os padrões de visitação e as expectativas e percepções do visitante de forma a adequar as práticas de manejo ao tipo de uso e ao perfil do visitante que a área recebe”.

Sendo assim, de modo a gerar informações úteis à gestão do Parque, bem como dados que possibilitem futuras analogias com outros Parques, procede-se à apresentação dos resultados encontrados, assim como à sua interpretação.

### 7.1. Regiões de origem dos visitantes

Identificou-se, como principal pólo emissor, o próprio Estado de Pernambuco, com especial destaque para a cidade do Recife (42%). Uma comparação com os trabalhos de Niefer (2002) e de Ribemboim (2000) permite sugerir que a capital estadual é a área mais influenciada por um Parque Nacional e, portanto, a de maior emissão de turistas. Barros (2003) relata semelhante conclusão, quando afirma que, “o turismo em parques e reservas é realizado predominantemente por moradores provenientes de localidades próximas e do Estado onde as áreas se localizam, apresentando um carácter regional”.

Sendo assim, constatou-se que, tratando-se de áreas naturais protegidas, nomeadamente parques nacionais, a demanda concentra-se na capital

estadual. Este é um dado que deve ser considerado em planificações direccionadas para a promoção de estratégias de captação de demanda, para análises mercadológicas ou mesmo para a concepção de corredores e/ou circuitos turísticos.

## 7.2. Género

Notou-se uma ligeira predominância do género masculino (57%). Resultado semelhante (52%) foi encontrado por Ribemboim (2000). Entretanto isto está longe de se caracterizar como uma máxima, tendo em vista que SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental (*apud* Niefer, 2002) e Aguirre (*op. cit*) encontraram em seus estudos 49,35% e 53%, respectivamente, de presença feminina nas destinações analisadas.

Niefer (2002) também verificou esta tendência feminina nos dois destinos por ela pesquisados no litoral paranaense: Estação Ecológica da Ilha do Mel (53%) e Parque Nacional do Superagui (54%). Segundo a autora, o motivo se deve ao fenómeno global da “emancipação social e económica feminina”. Já Wight (*op. cit*) toma como conclusão de seus estudos que existe uma propensão dos futuros mercados de ecoturismo em incorporarem participação igual dos géneros.

Depreende-se daí que, definitivamente, não seria o género o fator determinante a ser trabalhado em futuros processos de captação de demanda, haja vista que, como defende Niefer (2002): “aparentemente o género influi mais na escolha das atividades praticadas do que na decisão de realizar uma experiência ecoturística”.

## 7.3. Idade

Analogamente ao que foi encontrado por Takahashi (1998), Ribemboim (2000), Niefer (2002) e Barros (2003), o frequentador padrão do Parque Nacional do Catimbau, é o jovem; neste estudo considerado entre 18 e 25 anos (Quadro 2).

**Quadro 2** | Idade dos entrevistados

Idade	Quantidade
Menos de 18 anos	4
Entre 18 a 25 anos	66
Entre 26 a 40 anos	22
Mais de 40 anos	8
Total	100

Fonte: Pesquisa *in loco* (2004).

Quando comparado com os ensinamentos de Ruschmann (1992), percebe-se que, de fato, é o público jovem (18 a 30 anos de forma geral) quem mais se identifica com a questão do turismo de natureza, devendo-se, portanto, uma especial atenção ser dispensada a este, no tocante a estratégias de *marketing* da destinação e projetos que envolvam educação ambiental.

Isto também tem implicações de ordem estrutural, uma vez que considerando esta variável, a destinação deverá concentrar-se na elaboração de roteiros, conteúdos didáticos e infra-estrutura (rapel, tirolesa, etc), bem como de técnicas específicas para tratar com este público.

## 7.4. Nível de escolaridade

Constatou-se que 92 % dos entrevistados possuíam nível universitário (Quadro 3). Elevados níveis de escolaridade também foram verificados por Takahashi (1998), Kinker (2002), Ribemboim (2000), Niefer (2002) e Barros (2003).

Esta constatação corrobora o que outras pesquisas (SPVS *apud* Niefer, 2002; Wight, 2001) também apontaram: os mais interessados em visitar áreas naturais possuem altos níveis de escolaridade.

**Quadro 3** | Nível de escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Quantidade
Primário	0
Secundário	4
Universitário	92
Outros	4
Total	100

Fonte: Pesquisa *in loco* (2004).

Como também destaca Barros (2003) na conclusão de suas pesquisas: “uma característica muito relevante dos visitantes entrevistados é o seu elevado nível educacional”.

De certa forma, estes resultados endossam a teoria de que o nível educacional está intimamente atrelado ao grau de conscientização de conservação da natureza defendida por Ribemboim (2000; 2004).

Notou-se, entretanto, que apenas o nível educacional não é suficiente para identificar o grau de consciência ambiental dos visitantes. A renda destes também é um fator interessante para a análise desta questão.

### 7.5. Nível de renda

De um modo geral, percebeu-se um baixo poder aquisitivo por parte da demanda: 88% dos entrevistados declararam auferir menos de R\$ 1.000,00 como renda pessoal (Quadro 4) e 46% afirmaram receber menos de R\$ 1.500,00 como renda familiar (Quadro 5).

Analisando esta questão segundo a idéia sugerida por Ribemboim (2004) de que “existe uma forte correlação positiva entre renda e interesse por motivos ecológicos”, é de se supor que a integridade

do Parque Nacional do Catimbau seja motivo de preocupações, haja vista que à luz desta hipótese seria de se esperar uma maior dilapidação do patrimônio natural no Parque em decorrência do reduzido poder aquisitivo de seu visitante (menos de R\$1.000,00). Este assunto torna-se ainda mais interessante na medida em que o exame dos resultados disponibilizados nos trabalhos de Takahashi (1998), Kinker (2002) e Niefer (2002) também dão margem a esta interpretação, embora as referidas autoras não tenham chegado a enunciar tal ligação.

Curiosamente, observa-se no Parque Nacional do Catimbau algo diferente, pois, segundo pôde-se constatar ao longo do desenvolvimento deste trabalho, o mesmo encontra-se num estado de conservação melhor do que seria esperado com a mera análise do nível de renda de seus visitantes.

Entende-se, pois, que o grau de consciência ambiental não é função apenas do nível de renda. O que se percebe é a existência de um nexo entre nível de renda, escolaridade e consciência ambiental, já que a concentração do primeiro é responsável pela qualidade do segundo, e estes, juntos, serão a mola-mestra para a ocorrência, em maior ou menor grau, do terceiro.

Em outros termos, pode-se supor que a qualidade ambiental de um Parque Nacional decorre do nível de consciência ambiental de seus visitantes, embora esta colocação deva ser observada com certa cautela, uma vez que se pode perder de vista que a visitação no Parque do Catimbau ainda é incipiente.

**Quadro 4** | Renda pessoal dos entrevistados

Renda Pessoal	Quantidade
Menos de R\$1,000,00	88
Entre R\$1,000,00 e 2,000,00	4
Mais de R\$2,000,00	8
Total	100

Fonte: Pesquisa *in loco* (2004).

**Quadro 5** | Renda familiar dos entrevistados

Renda Familiar	Quantidade
Menos de R\$1,500,00	46
Entre R\$1,500,00 e 3,000,00	32
Mais de R\$3,000,00	22
Total	100

Fonte: Pesquisa *in loco* (2004).

### 7.6. Quantidade de turistas e capacidade de carga no parque

Considerada atualmente como pressuposto básico para a manutenção da qualidade ambiental do local e da experiência do visitante, a capacidade de carga é uma etapa importante no processo de planejamento de áreas naturais destinadas à

visitação. Desta forma, buscou-se levantar informações relevantes sobre aspectos que poderiam auxiliar na determinação da mesma.

Conforme mencionado anteriormente, os dados relativos à quantidade de visitantes anual do Parque foram estimados com base no livro de visitas disponibilizado pela Associação de Guias de Turismo.

Analisando estas informações, constata-se que a visitação no Parque ainda é incipiente de modo que os limites da UC para receber turistas ainda estão longe de serem ultrapassados em termos quantitativos. No entanto, cumpre lembrar que “atualmente é cada vez mais aceita entre os estudiosos a idéia de que a capacidade de carga turística de um local não deve se basear apenas no número de visitantes” (Cordeiro e Körössy, 2004).

Assim, numa visão contemporânea, entende-se que a capacidade de carga existe em função de uma série de fatores como: a qualidade do ambiente, tolerância dos recursos, número de visitantes, tipo de uso, tamanho da área e manejo, instalações para os visitantes, atitudes e condutas de visitantes e administradores, entre outros.

Destarte, pode-se afirmar, empiricamente, que o Parque Nacional do Catimbau está aquém de sua capacidade de carga. No entanto a certeza científica só poderá ser obtida mediante a realização de um estudo específico no local.

### **7.7. Relação que se Processa entre Atividade Turística e Comunidade do Entorno do Parque Nacional do Catimbau**

Este assunto é particularmente importante e delicado, não apenas do ponto de vista da pressão antrópica sobre os recursos naturais, como também da criação de laços de dependência.

Se por um lado, a Comunidade da Vila do Catimbau (entorno do Parque) encontrou no turismo uma possibilidade de desenvolvimento, por outro, já apresenta indícios de acentuado vínculo com a atividade (algumas pousadas familiares e

restaurantes criados exclusivamente em função da demanda). Além disso, boa parte dos jovens está se dedicando à atividade de Guias de Turismo, registrando-se, na época desta pesquisa, um total de 40 pessoas cadastradas na Associação de Guias de Turismo, todas provenientes da Comunidade da Vila do Catimbau.

Em parte, estas informações poderiam servir como um indicador de envolvimento da população no processo de planejamento turístico para o Parque. Contudo, não se pode ignorar o risco que a localidade corre ao ficar na dependência de um “turismo de temporada”, quando se alternam períodos de fartura (alta temporada) e recessão (baixa temporada). A sazonalidade faz com que as levas de turistas e conseqüentemente o dinheiro que eles trazem, sejam intermitentes. É o que Krippendorf (1989) classifica de “instabilidade da demanda”.

### **7.8. Geração de renda para o Parque Nacional do Catimbau através do Turismo**

Identificou-se, com base nas respostas dos entrevistados, um valor médio de R\$ 35,25<sup>11</sup> por dia a ser deixado por cada turista quando de sua visita ao Parque.

Considerando que no período de setembro de 2003 a setembro de 2004 registrou-se a quantidade de 870 visitantes e analisando o referido valor médio de renda gerada por dia (R\$ 35,25), verifica-se a quantia de R\$ 30.667,00<sup>12</sup> como sendo a renda gerada neste período pelo turismo no Parque Nacional do Catimbau e entorno. Nota-se, portanto, que mantidas as médias de visitantes (2,23 pessoas/dia) e de gastos no Parque (R\$35,25), podem ser esperados retornos da ordem de R\$ 28.300,00<sup>13</sup> ao ano, ou R\$ 2.359,00<sup>14</sup> ao mês.

<sup>11</sup> US\$ 18,00 ou 10,00 euros (valores de abril/2005).

<sup>12</sup> US\$ 11.554,00 ou 8.956,00 euros (valores de abril/2005).

<sup>13</sup> US\$ 10.662,00 ou 8.265,00 euros (valores de abril/2005).

<sup>14</sup> US\$ 888,00 ou 688,00 euros (valores de abril/2005).

São dados interessantes e pertinentes que revelam as perspectivas imediatas de renda para o entorno e provê as bases para a eventual instituição de um tíquete de entrada.

### **7.9. Perfil modal do frequentador do PARNA do Catimbau e sua disposição a pagar**

Com base nos dados obtidos, foi possível perceber que o visitante típico do Parque Nacional do Catimbau é proveniente de Recife (42% dos entrevistados), universitário (92%), com idade entre 18 e 25 anos (66%), que auferem menos de R\$ 1.000,00 como renda pessoal e menos de R\$ 1.500,00 como renda familiar (respectivamente 89,7% e 46,9% dos entrevistados), viajando acompanhado de amigos (78%), gastando entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 com a viagem.

É merecedor de atenção o fato de uma parcela considerável dos visitantes entrevistados demonstrarem disposição para pagar taxas de visitação (82%), a serem cobradas na forma de tíquetes de entrada<sup>15</sup>. Importante frisar ainda que, deste percentual, cerca de 85,3% se dispunham a pagar não mais que R\$ 5,00 por tal taxa.

## **8. Conclusões e recomendações**

Tendo em vista que a maioria das Unidades de Conservação brasileiras é subsidiada pelo Estado, verifica-se que os recursos disponíveis são insuficientes para atender a todas. Desta forma, UC's que tenham possibilidade de gerar renda a partir da visitação terão melhores condições para se manterem e desempenharem os objetivos para os quais foram estabelecidas.

<sup>15</sup> Atualmente o Parque Nacional do Catimbau não possui um sistema de cobrança de tíquetes de entrada. A visitação é gratuita, sendo cobrado apenas a taxa de serviço pelos guias da Associação.

<sup>16</sup> US\$ 12.177,00 ou 9.440,00 euros (valores de abril/2005).

No caso específico do Parque Nacional do Catimbau, constatou-se uma franca aceitação dos entrevistados (82%) em pagar taxas de visitação. Observa-se nisto uma possibilidade latente para se angariar fundos a serem reinvestidos na melhoria das condições do Parque, na capacitação de técnicos, bem como no financiamento de pesquisa ou mesmo em projetos sociais junto à Vila do Catimbau.

Uma projeção simples pode ser estabelecida: observando-se a faixa monetária majoritariamente declarada como aceitável nesta pesquisa (até R\$5,00), propõe-se esta quantia como uma primeira iniciativa a ser testada para o preço do tíquete de entrada. Desta forma seria gerada uma renda anual de R\$ 4.020,00, decorrente da visitação.

Assim, com uma renda deixada no Parque de R\$ 28.300,00 e uma arrecadação anual com tíquetes de entrada da ordem de R\$ 4.020,00 a contribuição do turismo para o Parque Nacional do Catimbau seria de aproximadamente R\$ 32.320,00<sup>16</sup>.

Embora não houvesse, à época desta pesquisa, uma divulgação oficial, por parte da administração do Parque sobre a quantia necessária para manter o mesmo operante, é praticamente certo que o montante encontrado no presente trabalho não seria suficiente para assegurar as funções mínimas do PARNA, tais como: conservação das trilhas, programas de combate a incêndio, conservação e infra-estrutura dos sítios arqueológicos, sinalização, divulgação, etc.

No entanto, o dinheiro arrecadado poderia servir como uma fonte complementar aos recursos governamentais. Ou seja, o montante *per se* não manteria as funções mínimas do Parque, contudo poderia ser aplicado em projetos sociais locais, sobretudo naqueles que enfoquem a questão da educação para a sustentabilidade e o manejo parcimonioso dos recursos naturais locais. Para outros programas/projetos de maior porte, os recursos viriam do próprio governo (Federal e/ou Estadual) e de programas conservacionistas.

Por fim, considera-se importante retomar a questão da estreita dependência da comunidade em relação ao fluxo irregular do turismo. Questão extremamente relevante, a intermitência tem conseqüências mais sérias do que se poderia supor em princípio. A falta de recursos nos períodos de baixa demanda obrigam, em alguns casos, os moradores a desrespeitarem os acordos estabelecidos e, não raro, alguns voltam a caçar dentro dos limites do Parque. Além de estar em flagrante oposição aos objetivos da UC, compromete e põe em xeque todo o processo de sensibilização pelo qual a comunidade passou.

Embora se possa argumentar que estão agindo de forma inadequada, é importante lembrar que o fazem para suprir necessidades vitais. Necessidades estas que são, indiretamente, resultado de uma imprevisibilidade do fluxo de visitantes.

Portanto, convém ao planejamento turístico da região abarcar mais esta questão, de modo a evitar problemas sociais e econômicos advindos de uma relação de dependência com o turismo. Neste sentido, reitera-se que a adoção de políticas de boa vizinhança e de envolvimento da população local na proteção das áreas naturais são as melhores alternativas.

O turismo para as comunidades do entorno de áreas naturais protegidas deve ser entendido como uma ferramenta promotora da sustentabilidade local e não como uma bengala, na qual a comunidade pode se apoiar em períodos de dificuldade.

## Bibliografia

- Barros, Maria, 2003, *Caracterização da Visitação, dos Visitantes e Avaliação dos Impactos Ecológicos e Recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ / USP), Piracicaba, BR.
- Beni, Mário Carlos, 2002, *Análise Estrutural do Turismo*. 7.ª ed., SENAC, São Paulo.
- Cordeiro, Itamar; Körössy, Nathália, 2004, Determinação da Capacidade de Carga Turística em Áreas Naturais (CIFUENTES, 1992): Estudo de Caso em Duas Trilhas, *Anais do V Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPE*, Dezembro, Recife.
- Diegues, Antônio (Org.), 1999, *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. NUPAUB/USP/MMA/CNPQ, São Paulo.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, 2004, [http://www.ibama.gov.br], (Site acessado em 16 de novembro 2005).
- Kinker, Sônia, 2002, *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. Papirus, Campinas.
- Krippendorff, Jost, 1989, *Sociologia do Turismo, para uma compreensão do lazer e das viagens*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Lindberg, Kreg; Hawkins, Donald (orgs.), 2002, *Ecoturismo: Um Guia Prático para Planejamento e Gestão*, 4 ed, SENAC, São Paulo.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2002, *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. 2.ª ed.; Brasília.
- Niefer, Inge, 2002, *Análise do Perfil dos Visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: Marketing com Instrumento para um Turismo Sustentável*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, BR.
- Ribemboim, Jacques, 2000, *Valoração Monetária do Uso Direto de Parques Nacionais e o Caso da Chapada dos Veadeiros*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, BR.
- Ribemboim, Jacques, 2004, *População Visitante e População Local: Efeitos na Dinâmica Econômico-Ambiental e Valoração Monetária do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú.
- Santos, André; Tabarelli, Marcelo, 2003, Variáveis Múltiplas e Desenho de Unidades de Conservação: Uma Prática Urgente para a Caatinga, in Leal, Inara; Tabarelli, Marcelo; Silva, José (eds) *Ecologia e Conservação da Caatinga*, Ed. Universitária da UFPE, Recife, pp. 735-776.
- Simão, Isaac, 2002, Uso Público de Unidades de Conservação: O Caso do Parque Nacional da Serra da Capivara. *Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Fortaleza, pp. 849-850.
- SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia, 2002, *Projeto Técnico para a Criação do Parque Nacional do Catimbau/PE*. Recife.
- Takahashi, Leide, 1998, *Caracterização dos Visitantes, suas Preferências e Percepções e Avaliação dos Impactos da Visitação Pública em Duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, BR.
- Terborgh, John et al. (orgs.), 2002, *Tornando os Parques Eficientes: Estratégias para a Conservação da Natureza nos Trópicos*. Ed. UFPR / Fundação O Boticário, Curitiba.
- Wight, P., 2001, Integration of Biodiversity and Tourism: Canada Case Study. Paper, *International Workshop Integrating Biodiversity and Tourism*, 29-31 de Março, Cidade do México, MX.
- Zeller, Rodrigo, 2002, Populações Humanas no Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA: Presença Ilegal e Modificações Indesejadas. *Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Fortaleza, pp. 327-337.



## Questionário



Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica para o Curso de Especialização em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal Rural de Pernambuco e conta com o apoio da administração do Parque Nacional do Catimbau, agradeceríamos se pudesse espondê-lo. Sua identidade será mantida em sigilo e os dados serão utilizados exclusivamente neste trabalho.

1. Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2003

2. Dados Pessoais:

2.1. Sexo:  Masculino  Feminino

2.2. Cidade e Estado onde reside: \_\_\_\_\_

2.3. Idade:  menos de 18  entre 18 e 25  entre 26 e 40  mais de 40

2.4. Escolaridade:  primário  secundário  universitário  outros

2.5. Esta viajando com:  só  amigos  pais  outros

2.6. Renda Mensal Pessoal:  menos de R\$1.000,00  entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00  mais de R\$2.000,00

2.7. Renda Mensal Familiar:  menos de R\$1.500,00  entre R\$1.500,00 e R\$3.000,00  mais de R\$3.000,00

3. Custos da Viagem:

3.1. Qual a duração total desta viagem (desde a data de saída de casa até o retorno)? \_\_\_\_\_ dias

3.2. Qual a estimativa de gastos total desta viagem (desde a data de saída de casa até o retorno)? R\$ \_\_\_\_\_ por pessoa

3.3. Quantos dias serão desfrutados no Parque do Catimbau? \_\_\_\_\_ dias

3.4. Qual a estimativa de gastos durante a visita ao parque? R\$ \_\_\_\_\_ por pessoa

4. Disposição à Pagar pela entrada no Parque:

Se vc soubesse que a cobrança de um tíquete de entrada viria a melhorar as condições do Parque, estaria disposto a pagar?

4.1.  Sim:  até R\$5,00  até R\$10,00  mais de R\$10,00

4.2.  Não

5. Identificação (opcional)

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_